

SUFRÁGIO À BRASILEIRA: uma leitura Pós-Colonial do Feminismo no século XIX

Rebecca Corrêa e Silva^(*)
Joana Maria Pedro^(**)

DOI 10.14393/CEF-v29n2-2016-12

Resumo

O presente estudo discute as relações entre feminismo e positivismo na obra de Nísia Floresta, intelectual e defensora dos direitos da mulher brasileira no século XIX. Trata-se de uma pesquisa embasada em revisão bibliográfica que intenta estabelecer um diálogo entre as teorias da modernidade e da pós-modernidade. Buscamos analisar a contribuição do pensamento de Nísia para a emancipação das mulheres no Brasil, ao mesmo tempo em que procuramos localizar as origens do movimento feminista brasileiro à luz do atual referencial teórico das abordagens pós-coloniais feministas do Sul global. Desta forma, entendemos que um dos caminhos possíveis para a compreensão do surgimento do feminismo no Brasil passa pela revisão das formas de apropriação das ideias de matriz europeia naquele período, tais como o feminismo e o positivismo.

Palavras-chave: Feminismo. Positivismo. Pós-colonialismo.

BRAZILIAN SUFFRAGE: an overview of postcolonial feminism in the nineteenth century

Abstract

This article presents Nísia Floresta's work, an intellectual scholar and advocate of the Brazilian woman rights in the nineteenth century, regarding the relation between feminism and positivism. Considering as an initial survey, based on bibliographic revision of dialogues with modernity and post-modern theories, we used authors that focused on feminism history of the "first wave" in Brazil. At the same time, we searched about the position of Brazilian feminism origins via the Latin-American theoretical background from the post-colonialist feminist approaches, by South global. Therefore, we recognize that one of the possible paths in understanding the Brazilian feminism of the "first wave" entails the review of appropriation of ideas based on the European origins, such as feminism and positivism.

Keywords: Feminism. Positivism. Post-colonialism.

^(*) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis (UFSC), bolsista da CAPES; Possui Mestrado em Gestão Cultural pela Universidade do Algarve – Portugal (2013), e graduação em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (2009). E-mail: rebeccasilva@yahoo.com.br.

^(**) Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1972), Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Fez Pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História entre 1993 e 1995, Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas entre 1996 e 2000, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2008 e 2012, Pró-Reitora de Pós-Graduação entre 2012 e 2016. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. É professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. E-mail: joanamarca.pedro@gmail.com.

Texto recebido em 08/10/2016. Texto aprovado em 30/11/2016.

O título do artigo toma emprestada a expressão “Sufragismo brasileiro”, que nomeia um dos capítulos do conhecido livro de Céli Pinto (2003) sobre o feminismo no Brasil. Procuramos com ele identificar os elementos constituintes do feminismo à moda brasileira na obra de Nísia Floresta, de acordo com nossas tradições e especificidades, tal como nos incita a abordagem pós-colonial dos estudos feministas latino-americanos.

Desta forma, pretendemos apontar como Nísia Floresta, defensora da emancipação das mulheres no século XIX, e considerada uma das primeiras feministas brasileiras, articulou o feminismo ao positivismo, ao mesmo tempo em que buscou adaptá-los às/aos leitoras/es brasileiras/os. Dentro disso, observaremos qual era gama de reivindicações feministas propostas por Nísia, apontando suas posições ideológicas e estratégias de luta. Buscaremos demonstrar a viabilidade, de já naquele período, realizar este duplo *tráfico de teorias*, que agora pode ser lido à luz das abordagens pós-coloniais, hoje amplamente discutidas pelas teóricas do Sul global¹.

Para fundamentar nosso estudo de caráter interdisciplinar e envolvido num tecido formado por conceitos advindos de teorias tão diversas, contamos com autoras e autores de diferentes tempos, espaços e disciplinas. Para destacar os principais, começamos pelo conceito de modernidade conforme Michel Foucault (2000) e Emmanuel Kant (1988), seguido da contextualização da mulher na modernidade segundo Jacques Rousseau ([s.d]), que de forma mais romantizada, teve continuidade na modernidade pelo poeta Charles Baudelaire (1996); para a seguir tratar da recepção do Positivismo de Augusto Comte no contexto brasileiro do século XIX, principalmente no que tange à educação das mulheres.

Ainda no século XIX, nos interessa conhecer as histórias dos feminismos de primeira onda no Brasil, através de autoras como June Hahner (1981, 2003) e Céli Pinto (2003); e pelos dois livros publicados por Nísia Floresta (1981a, 1981b), vistos ao lado de análises das especialistas de suas obras.

Num segundo momento, analisaremos a contribuição de Nísia para o florescimento das ideias de emancipação das mulheres à luz das autoras que tratam do debate feminista contemporâneo de abordagem pós-colonial. Para tanto, compõe este estudo: o conceito de

¹ No presente estudo, quando tratamos de “Sul”, nos referimos à metade global que está representada geopoliticamente como oeste-sul, abrangendo América Latina (AL) e Brasil. Preferimos manter a expressão “Norte Global”, visto que na pós-modernidade a América Latina sofre a influência tanto da Europa como dos Estados Unidos.

pós-colonialismo de Boaventura de Souza Santos (2004) e do o filósofo mexicano Leopoldo Zea (1978), o feminismo de abordagem pós-colonial da filósofa argentina Maria Luisa Femenias (2007) e a relação com a ideia de “quarta onda” do feminismo proposta pela brasileira Marlise Matos (2010).

Primórdios da modernidade e o Brasil do século XIX: a “questão da mulher”

O chamado “esclarecimento” do século das luzes² trouxe a modernidade como um sinônimo de revolução, vindo assim a tornar-se um terreno favorável para o florescimento do feminismo. Em muitas outras épocas tivemos “feministas”. Contudo, aquelas que trabalharam na linha de frente dos discursos políticos e formulações jurídicas, certamente foram influenciadas pelo pensamento iluminista, no qual a modernidade se alicerçou, trazendo com ela novas formas de opressão patriarcal.

Um exemplo bastante difundido do imaginário do período encontra-se nas ideias de inferioridade física e dependência moral das mulheres, amplamente divulgadas por Jacques Rousseau ([s.d], p.82), uma grande influência na formação dos ideais da Revolução Francesa. Este discurso seria romantizado pelo espírito moderno da poesia de Charles Baudelaire (1996, p.53), “uma das consciências mais agudas da modernidade do século XIX” (FOUCAULT, 200 p.342), que via a mulher como uma divindade, sem outra função neste mundo a não ser de embelezá-lo e torna-lo mais atrativo e alegre para os homens.

Numa das primeiras definições sobre o que seria uma “atitude de modernidade” (FOUCAULT, 2000, p.341), Emmanuel Kant coloca que o Iluminismo se define como a busca pela autonomia: “*Sapere audi*: tem a coragem de servir-te de teu próprio entendimento” (KANT, 1988, p.11). A questão não trata apenas de ser moderno, mas o que leva a ser moderno, que é uma atitude dada pela maneira de pensar, de sentir, e de agir, de modo a conduzir o indivíduo à sua autonomia.

Seguindo este pensamento, Tzvetan Todorov (2014, p.12) considera que a primeira autonomia a se desenvolver é a do conhecimento, pois sem o conhecimento não há como pensar por si. Não foi por acaso que o direito ao saber foi a primeira e mais importante luta das mulheres, que as levaria a emancipação e a independência (PERROT, 2008, p.159).

Portanto, mais do que inovações tecnológicas, a noção de progresso se alia a um comportamento. Por isso, concordamos com Santos (1998, p.22), para quem “as tentativas de conceituar a modernidade como um conceito sociológico, político ou histórico” não têm sido

² O termo *Século das Luzes* é utilizado para referir-se ao Iluminismo, corrente de pensamento difundida na Europa do século XVIII, e surge em contraponto à *Idade das Trevas* do período medieval europeu.

adequadas, uma vez que ela “atravessa as fronteiras das definições conceituais” mas “deixa conhecer-se, no entanto, pela sua lógica e pela sua maneira de operar.”

Segundo Boaventura Santos (2004, p.05), a modernidade é vista como um período fundamentado por um padrão de racionalidade que teve sua melhor representação no positivismo, em contraponto ao *pós-modernismo de oposição*³, que entende a ciência a partir de paradigmas mais abertos. Segundo o autor, o positivismo foi uma forma simbólica de violência colonial, representando uma continuação da missão civilizadora no Sul. Para além de uma epistemologia científica, a doutrina espalhou-se para a política e a sociedade como um todo, tendo a educação como um veículo fundamental.

O positivismo foi uma corrente filosófica que vigorou na Europa do século XIX e XX, com o objetivo de formar moral e intelectualmente a humanidade através da educação científica. Seu maior idealizador, Auguste Comte (1798-1857), pregava que a sociedade e suas instituições só poderiam ser reorganizadas mediante uma completa reforma intelectual do homem (GIANOTTI, 1978, p.15), alicerçada numa educação universal que regenerasse o espírito científico (das luzes) por meio de estudos positivos (GIANOTTI, 1978, p.194). Os ideais de Comte se propagaram com força na América Latina e no Brasil, talvez devido às circunstâncias que incitavam a vontade destes países de se autonomizarem.

Embora a modernidade tenha se instaurado nos principais centros urbanos do Brasil a partir do advento da República, em meados do século XIX o país já contava com uma imprensa bastante desenvolvida, por onde circulavam as novidades divulgadas pelos ideais republicanos, como o liberalismo e o positivismo. Segundo Gianotti (1978, p.25), o positivismo exerceu grande influência nos intelectuais e políticos brasileiros, sendo utilizado pelo movimento republicano para formular a ideologia de que a ordem precede ao progresso. Seguindo parte do discurso iluminista, o positivismo igualmente relegava à mulher um papel de coadjuvante na sociedade. Porém, buscando mais do que bibelôs descerebrados, as mulheres deveriam contribuir concretamente para seu aprimoramento, sendo instrumentalizadas para o conhecimento racional e a erudição.

Dizia o discurso da época que elas poderiam estudar, mas apenas o necessário para as lides da casa, para o acompanhamento do marido ou o entretenimento da sociedade. Ou seja, esta doutrina proclamava a educação da mulher, mas que fosse o suficiente para executar suas tarefas do lar e educar os filhos. Era recomendado que as mulheres tivessem um trabalho

³ Santos (2011, p.05), utiliza a expressão *pós-modernismo de oposição* para diferenciá-lo do pós-modernismo, entendendo que vivemos ainda muitos dos problemas modernos, mas que enraizados no passado, escorregam dos referenciais modernos que já não servem mais a esses novos tempos, que exigem soluções originais aos problemas herdados da modernidade que hoje se tornaram crônicos.

honesto e que não fosse muito afastado da esfera doméstica a ponto de que estas não descuidassem de suas obrigações como mães e esposas, e igualmente dificultando a concorrência aos postos de trabalho formados na maioria por homens.

A introdução da reivindicação do sufrágio feminino no Brasil teve início no século XIX e se estendeu até as três primeiras décadas do século XX (PINTO, 2003, p.13). As feministas da chamada “primeira onda”, também queriam ser parte do progresso dado pelo aperfeiçoamento das luzes. Para elas, a igualdade mais importante passava primeiramente pela autonomia do pensamento racional e esclarecido dado pela igualdade de condições de aprendizado e estudos. Acontece que o positivismo, como herdeiro dos ideais das luzes oitocentistas, ao mesmo tempo em que defendia a justiça e a difusão do saber e da racionalidade esclarecida, restringia parte desses direitos às mulheres, definindo assim os papéis sociais e moralmente adequados para cada sexo.

Apesar da perspectiva de gênero, à primeira vista, conceber feminismo e positivismo como conceitos improváveis de conversarem, sabe-se que as primeiras feministas aproveitaram-se das migalhas dadas pelos progressistas, utilizando-se do discurso que as dignificava como moralmente superiores, para com ele reivindicar melhores condições no direito à educação e ao trabalho. Conforme sinaliza June Hahner (2003, p.127), os argumentos apresentados por essas mulheres estavam em consonância com a ideologia progressista em voga, na qual elas argumentavam também ser parte do progresso e a favor do patriotismo e do desenvolvimento econômico.

A *movimentação feminista*⁴ que tomou corpo ao longo do século XIX e adentrou a República, se associando à doutrina positivista trouxe muitas conquistas para as mulheres, mesmo com a forte campanha de mantê-las confinadas ao espaço doméstico. Foram pequenas liberdades, na maioria das vezes limitadas apenas às mulheres brancas de camadas médias e altas, mas que já demonstravam a união em torno de objetivos comuns ao “sexo feminino”⁵, que viriam influenciar a geração seguinte de feministas a se organizarem na luta pelos direitos, garantindo o voto em 1932.

⁴ Sobre o feminismo das primeiras décadas da República, Céli Pinto (2003, p.38), conclui que não houve um movimento feminista na época, mas sim “uma movimentação feminista que se expressou de diversas formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias”.

⁵ Colocamos o termo entre aspas para sinalizar a historicidade de seu emprego pelo feminismo de primeira onda, preocupado com a reivindicação do direito ao voto pelo “sexo feminino”(que se entendia como contraponto binário em relação ao “sexo masculino”).

Feminismo e positivismo no pensamento de Nísia Floresta

Como vimos, no Brasil de meados do século XIX, o feminismo não era um movimento consolidado, mas uma organização fragmentada. A partir da qual poucas mulheres excepcionais, dos mais diferentes recônditos do país, buscavam, a exemplo das nações estrangeiras, exemplos para emancipação de seu sexo. Numa época onde a educação era reservada apenas às mulheres da elite, e mesmo assim desigual com relação à do homem, estas mulheres viam a instrução como uma forma de melhora do status e de independência e como um primeiro passo para a conquista de outros direitos.

Atentando para a influência dos ideais positivistas revistos pelas primeiras feministas somos levados à figura de Dionísia Gonçalves Pinto (1809-1885), mais conhecida por Nísia Floresta, codinome este derivado de seu pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta (GRAUPE, 2015, p.500). Ela atuou em várias áreas, exercendo primorosamente os ofícios de professora, escritora, e poetisa, sempre se posicionando em favor da causa das mulheres.

Considerada a primeira feminista brasileira, nasceu no do Rio Grande do Norte, viveu em Olinda, em Porto Alegre, e residiu no Rio de Janeiro. Neste último, fundou em 1838 o *Colégio Augusto*, caracterizado pelas inovações no currículo feminino. Contudo, Graziela Rinaldi da Rosa (2012, p.294) em sua tese sustenta que mesmo criticando o patriarcalismo, Nísia se manteve dentro desta estrutura, incorporando valores tradicionais no que se refere à educação das meninas, mais voltada aos aspectos morais do que ao seu desenvolvimento intelectual. Acontece que essa ambiguidade observada no que a autora chama de “filosofia da educação nisiana”, pode ser também comparada à contradição interna própria do feminismo da época, que resiste ao mesmo tempo em que avança rumo às mudanças sociais.

Nísia Floresta tornou-se mais conhecida pela publicação da primeira tradução livre da obra da inglesa Mary Wollstonecraft: *A vindication of the Rights of Woman* (1792), publicada em 1832 e intitulada *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*⁶. A reescrita do título demonstra de forma embrionária uma perspectiva de gênero, na medida em que os *direitos das mulheres* são resultado das *injustiças dos homens*, como a privação da educação, que atravessou gerações.

⁶ Contudo, conforme Isabela Campoi (2011, p.198), a pesquisadora em literatura Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1996), afirma que a obra de Nísia, foi na verdade baseada no livro *Woman not inferior to man*, escrito por Mary Wortley Montagu (1689-1762). A pesquisadora de mesma área, Constância Lima Duarte (2003, P.153), acrescenta que Nísia também se inspirou nos textos de Poulain de la Barre e na “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, de Olympe de Gouges.

No prefácio dessa obra, Eva Blay (1989a, p. 10), afirma que Nísia já naquela época denunciava que as mulheres não recebiam a mesma educação que os homens, porque não desempenhavam tarefas no espaço público; e afirmava que elas não ocupavam aquele espaço porque não eram preparadas formalmente para fazê-lo.

Em sua cronologia dos movimentos feministas, Pinto (2003, p.115), considera a tradução desta obra como o primeiro marco do movimento feminista no Brasil. Reiterada por Mareli Graupe (2015, p.499), que aponta ter sido este trabalho que concedeu a Nísia a atribuição de precursora do feminismo no país. Para Constância Lima Duarte (2003, p.153), a singularidade da obra reside no fato de que foi o primeiro livro publicado no Brasil a apresentar as mulheres como seres humanos também capazes e inteligentes. Portanto, aptas a receberem adequada instrução que lhes permitisse trabalhar dignamente.

Nísia cumpriu, com aquele trabalho, a relevante função de criar um elo entre as teorias estrangeiras e o cenário nacional, uma vez que não fez apenas uma tradução literal: ela assimilou o texto da autora inglesa e transformou-o em outro texto, com conceitos que surgem a partir de sua própria experiência. Por isto surge o reconhecimento desta obra como fundador do feminismo no Brasil (Duarte In FLORESTA, 1989a, p.107-108).

Durante os anos de 1849 a 1852 a escritora esteve pela primeira vez na Europa, onde frequentou os principais cursos científicos na Itália, Inglaterra e Paris (COELHO, 2006), assistindo também as conferências ministradas por Auguste Comte em 1851 (KARAWAJCZYK, 2010, p.122 apud DUARTE 1995, p. 38), que lhe propiciaram aprofundamento na filosofia positivista.

É evidente que não foi despropositado o seu interesse por esta doutrina. Vide o enaltecimento da “mulher”⁷, a valorização da maternidade e do casamento, que fizeram parte da experiência de vida de Nísia. Como também parece ter sido o caso da propaganda da educação para o progresso, que tanto a intelectual prezava como a única forma de emancipação da mulher.

Resultado deste contato com a realidade europeia, o *Opuscúlo Humanitário* (1853) pode ser considerado o livro mais importante de Nísia, porque nele apresenta suas ideias de forma mais autoral e justifica seus dados através de estatísticas sobre as condições da educação feminina no Brasil imperial (CAMPOI, 2011, p.203).

⁷ Destacamos o termo para demonstrar que tal como “sexo feminino”, “mulher” foi uma categoria utilizada naquela época para identificar o sujeito do feminismo de primeira onda em oposição ao “homem”.

O livro é composto por 62 artigos publicados em jornais da imprensa carioca, nos quais a autora trata principalmente da educação das meninas no Brasil do século XIX (ROSA, 2012, p.44). No prefácio da edição de 1989, numa espécie de comparação entrelinhas com a obra de Wollstonecraft, Peggy Sharpe-Valadares aponta que é neste livro que se apresenta mais claramente a tese de Nísia Floresta como educadora feminista e reformadora social. O termo *Opúsculo*, segundo Peggy vem dos *Opuscules* (1820 – 1826), série de escritos que contém as primeiras teorias de Augusto Comte.

A escolha do termo *humanitário* sinaliza a ideia de Nísia a respeito de que a educação da “mulher” não serviria apenas para o sexo feminino, mas ao engrandecimento moral da humanidade, um dos modos pelos quais a pedagoga aliou o feminismo ao positivismo para desenhar sua teoria.

Nísia aparentemente desejava com esta obra denunciar o atraso e a precariedade da educação das mulheres no Brasil em paralelo aos avanços do Velho Mundo. Além da defesa da ampliação da educação ao lado de uma postura social justa e digna para as mulheres, a escritora era a favor da liberdade religiosa, da abolição da escravatura, e se posicionava contra a opressão dos povos indígenas.

Na sua segunda ida à Europa em 1856, fixou residência e realizou contatos com diversos intelectuais franceses da época, que de acordo com Hahner (1981, 2003) não só eles, como também Augusto Comte ficaram impressionados com o brilhantismo de sua discípula, tendo a partir de então firmado uma duradoura amizade (KARAWEJCZYK, 2010, p.122). De acordo com a pesquisa de Constância Duarte divulgada por Mônica Karawejczyk (2010, p.121), as correspondências trocadas entre os anos de 1856 e 1867 tratavam de temas tanto particulares como, aqueles relacionados às ideias sobre política e sociedade.

Na altura de sua realização, a divulgação dos “direitos da mulher” traduzidos nos escritos e práticas políticas e pedagógicas de Nísia não teve boa recepção por parte da crítica antisufragista brasileira. Parece que o que incomodava não era a visão positivista de Nísia, já que a doutrina foi bem aceita e empregada, mas o que a sua postura emancipadora representava para a mentalidade vigente no Brasil.

Observamos que à sua maneira, Nísia aderiu a propostas que lhe interessavam no positivismo, descartando aspectos que oprimiam o sexo feminino, buscando igualar a mulher ao homem através da educação enquanto base de uma reforma social. Podemos destacar a defesa da mulher como anjo tutelar e rainha do lar, elevada às alturas pelos positivistas, que mesmo com a intenção de domesticar a mulher, por exemplo, serviu ao pensamento que a

autora já vinha desenvolvendo, baseado no enaltecimento das qualidades prescritas às mulheres.

Outro aspecto, e talvez aquele que mais lhe influenciou a ponto dela se filiar com tanto afinco à doutrina positivista, foi a esperança na concepção da educação como formadora de homens e mulheres sadios. Prontos para viver plenamente as possibilidades intelectuais e materiais de crescimento e êxito às quais a modernidade os lançava. Ainda que o positivismo relegasse um papel secundário às mulheres para o progresso do país, Nísia argumentava em prol da educação feminina através da perspectiva utilitarista da importância da mulher, destacando o papel de companheira inteligente do homem e responsável pela educação dos filhos.

Uma leitura pós-colonial do feminismo brasileiro do século XIX

Um dos marcos da modernidade no Brasil, o “Manifesto antropófago” (1928) de Oswald de Andrade baseava-se numa espécie de antropofagia cultural para valorizar o que seriam as qualidades próprias e genuínas da moderna arte brasileira, mostrando que não precisávamos nos converter às vanguardas europeias, mas também seria impossível negá-las.

O “método” canibal de ideias fora divulgado outras vezes no Brasil, por outros homens e mulheres que tiveram a possibilidade de (re)pensar sua terra a partir de um olhar estrangeiro. Se Oswald se preocupava com a deglutição das novidades da arte e da cultura europeias, Nísia, por seu turno, estava interessada nas graves questões político-sociais que determinavam o projeto educativo brasileiro.

Sobre este tema, Karawejczyk (2010, p.115) aponta que a pesquisadora Raquel Araújo utilizou a expressão “antropofagia literária” numa alusão à “antropofagia libertária” escrita por Constância Duarte (FLORESTA, 1989a, p.107) no posfácio de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Logo, dentro desta abordagem, a primeira antropofagia feminista viria a ser realizada por Nísia, seguida por Bertha Lutz a partir do século XX e levada a cabo pelas feministas da segunda e terceira onda no Brasil. Estas se empenhariam na defesa das mulheres menos vistas e ouvidas, marginalizadas mesmo dentro dos movimentos organizados de mulheres, seja por raça, credo, ou opção política e sexual. Se no passado houve esta leitura das teorias europeias no Brasil, hoje, nos tempos pós-modernos, estamos lidando com uma

forma mais avançada e crítica desses contatos Norte-Sul, como denotam os estudos pós-coloniais.

Concordamos com Boaventura de Sousa Santos (2004, p.08), para quem o pós-colonialismo surge como um “conjunto de correntes teóricas e analíticas (...) que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo.” Contudo, cremos ser permitido utilizar este conceito para o entendimento da transição do nosso passado colonial para a modernidade, proporcionada pela atuação do positivismo e do feminismo.

De acordo com Leopoldo Zea (1978, p.03-04), não se trata de fazer uma história do pensamento latino-americano, mas sim de compreender como estes países se apropriaram das filosofias européias, mesmo daquelas que pareciam tão distantes de nosso contexto, como foi o caso do positivismo. O filósofo se pergunta até que ponto esta dependência do pensamento eurocêntrico nos foi imposta ou aceita (ZEA, 1978, p.09). A esta questão acrescentamos outras: em qual conjuntura ela foi imposta, por que foi aceita, e em proveito de quais grupos?

Desta forma, acreditamos que a observação atenta dos modos de adoção e adaptação das ideias feministas e positivistas no Brasil seja um dos caminhos possíveis para compreender as lutas de emancipação das mulheres naquele período. A partir disso, poderemos valorizar os esforços daquela esparsa primeira geração de feministas que, mais do que a conquista do direito ao voto, deixaram escritos, formaram consciências e promoveram as várias causas emancipatórias dos demais grupos subalternizados.

De acordo com Maria Luisa Femenias (2007, p.11), o feminismo de abordagem do tipo pós-colonial está diretamente relacionado com as políticas de identidade, que estão caracterizadas pelo envolvimento com o multiculturalismo, o ecofeminismo, e as questões da subalternidade.

Segundo esta autora, a maioria do “feminismo Ocidental” e mesmo parte do pensamento “Pós-colonial” enxerga as mulheres latino-americanas como “o outro”. Portanto, somos duplamente “o outro”, desde que houve a separação das categorias homem e mulher. Somando-se a nós, latinas, somos triplamente “a outra”, porque dentro da América Latina existem as interseccionalidades entre as mulheres, que incluem outras categorias que tornam ainda mais complexo o mosaico do pensamento feminista latino-americano.

Conforme Zea (1978, p.03), a história do pensamento latino-americano é também uma história de adoção de ideias. São outras lutas, outros personagens e narrativas que propõem outra história que é preciso aceitar e valorizar. Segundo este autor (ZEA, 1978, p.133), não se

trata de repetir o que os outros fizeram, mas sim de tomar como exemplo. Para não nos colocarmos novamente em uma postura de subordinação e inferioridade importa que “imitemos” dos europeus, a quem consideramos “superiores”, unicamente a ideia de que cada povo deve resolver os seus problemas à sua maneira.

Como nos esclarece Femenias (2007, p.24), o chamado “tráfico de teorias” segue uma cadeia de “recepção, tradução, discussão e reapropriação de teorias, que vai do Iluminismo até a pós-modernidade”, favorecendo novas conceitualizações e práticas. A filósofa assinala que este “outro” feminismo se constitui dentro das contradições das ideias iluministas de liberdade e igualdade as quais constituíram nossos Estados modernos formados pelas raízes índias, negras e brancas (FEMENIAS, 2007, p.11). A problemática étnico-racial surgirá dentro do leque das teorias pós-coloniais, que partem de nossa própria realidade, advogando a autonomia na produção dos nossos saberes que foram violentamente negados e apagados pelos colonizadores.

De acordo com Femenias (2007, p.11), o feminismo latino-americano de “tem suas próprias raízes e seu próprio perfil”. Entende-se que tenha diferenças intrínsecas e necessidades próprias compartilhadas entre esses países unidos pelo passado colonial. Uma vez que estes conceitos se ressignificam em função das necessidades de outras estratégias quando aplicados a outras realidades. A autora indica que a hibridez étnica e cultural é o que caracteriza nossa *identidade mestiça*.

Neste sentido, percebe-se que o debate atual caminha para um novo direcionamento dado por um feminismo terceiro-mundista ou pós-colonial do Sul. Esta vertente invoca “as outras”, muitas vezes excluídas dos estudos de gênero e dos movimentos feministas, emergindo como uma espécie de “quarta onda” do feminismo brasileiro e latino-americano (MATOS, 2010, p.69).

Diferentemente das ondas que a antecederam, a proposta mais ousada de uma quarta onda do feminismo, caracterizada por partir do Sul, é reconhecida pela incorporação dos diversos feminismos de correntes horizontais, como o negro, lésbico e o masculino e os LGBTT. Esta nova configuração que vem se consolidando no feminismo latino-americano visa reconstruir a teoria feminista a partir de uma linguagem própria. Esta movimentação se apresenta como resposta às consequências perversas da modernidade, na qual os países periféricos são aqueles que mais sentem com a saturação do capitalismo, persistente na tarefa colonizatória através de mecanismos ainda mais sofisticados.

Tendo em conta esse giro norte-sul global, podemos dizer que já em Nísia houve a tradução reflexiva das ideias europeias. Manifestadas através de conferências, e nas publicações em livros e jornais, constituíram as bases do feminismo na primeira onda no Brasil. O pensamento de Nísia no século XIX foi fundamental, ainda que levasse muitas décadas para que o feminino latino-americano desenvolvesse uma consciência própria e estendesse o direito à escuta à pluralidade de mulheres, tal como esta categoria visa abranger.

A perspectiva pós-colonial contribui para a elaboração de um novo rosto para os países periféricos, diferente das representações hegemônicas elaboradas pelos europeus. É certo que, analisando as duas óticas, vemos que são raras as falas nativas que ocupam alguma página da história. Este silenciamento foi produzido pelos europeus, e como no tempo de Nísia Floresta, continuamos nos vendo através dos olhos dos colonizadores. Diferente dos difíceis tempos de Nísia e passado mais de um século, vivemos hoje numa grande rede, informados sobre o que tem se escrito e praticado em matéria de feminismos e movimentos das mulheres em todo o globo.

Considerações finais

É importante entender as formulações teóricas como parte de um contexto global que carregam as particularidades locais e as experiências dos sujeitos que a escrevem. A autoria não sendo neutra, é inseparável do meio de onde se (*insc*)*escreve*, e sinaliza o local e o tempo de onde fala. Nísia propagou a defesa não só da emancipação feminina, dada principalmente a partir da educação, mas incluiu questões próprias de seu contexto, como pelo empenho na causa das/os negras/os e das/os indígenas.

Conhecer como as primeiras feministas brasileiras construíram seus discursos no sentido Norte-Sul a partir da perspectiva pós-colonial pode contribuir para compreender quais as especificidades que são produzidas pelo Sul hoje. Só conhecendo nossos percursos é que poderemos efetivamente realizar o diálogo Sul-Sul, proposto pela quarta onda. Acompanhar o chamado tráfico de teorias é um trabalho delicado de revisão e atualização no qual se faz necessária uma postura crítica para ir além da condição de receptáculo.

Para isso, devemos nos perguntar se afinal, nos sentimos autorizadas a falar? Como tratar de questões específicas nossas utilizando o modelo de pensamento do outro? Precisamos aproveitar o que os grandes centros depositam sobre nós, porém com consciência crítica e

reflexiva, nos colocando enquanto sujeitas situadas a partir de nosso contexto tão diverso e com demandas e desafios complexos demais para se enquadrarem em teorias vindas de fora. Em meio às oscilações e o clima de insegurança da sociedade pós-moderna, onde ocorrem retrocessos das vitórias dos movimentos sociais, são as mulheres as mais vulneráveis. É por isso que o feminismo segue na ordem do dia como reflexão e discussão.

Referências

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade o pintor da vida moderna* / [organizador Teixeira Coelho]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CAMPOI, Isabela C. *O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX*. História (São Paulo) v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011.

GRAUPE, Mareli Eliane. Nísia Floresta. IN: *Dicionário Crítico de Gênero*. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI Losandro Antônio (ORGS.). Dourados-MS: UFGD, 2015.(p.498-201)

COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*. Zahidé Lupinacci Muzart (Org.). 1ª Edição 1933. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002

DUARTE. Constância L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.

FEMENIAS. Esbozo de un feminismo latinoamericano. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 11-25, janeiro-abril/2007

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (Tradução live do original *Vindication of the Rights of Woman*, de Mary Wollstoecraft). 4ª ed. Com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989a.

_____. *Opúsculo humanitário*. Estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo : Cortez ; [Brasília, DF] : INEP,1989b.

FOUCAULT, Michel. “*O que são as luzes?*”. In: *Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.335-51.

GIANOTTI, José Arthur. Comte: Vida e Obra. In: *Os Pensadores: Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HAHNER, June E. *A emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 – 1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

_____. *A mulher brasileira e as lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?”. “ *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*” In: *A paz perpétua e outros ensaios*, Lisboa: Edições 70, 1988, p. 11-37

KARAWEJCZYK, Mônica. Nísia Floresta e a questão da emancipação feminina pelo viés educacional. *MÉTIS: história & cultura* – v. 9, n. 18, p. 113-126, jul./dez. 2010.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Célia J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2003.

ROSA, Graziela Rinaldi da. *Transgressão e moralidade na formação de uma “matrona esclarecida”*: contradições na filosofia de educação nisiana. (Tese) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 350f , 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1754)*. Tradução: Maria Lacerda de Moura Edição Eletrônica Ridendo Castigat Mote, [s.d]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf> (Acesso em 20/05/2016)

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno para o pós-colonial*. E para além de um e outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

SANTOS, Francisco C.S. O acaso das origens, e o acaso das finalidades. In: *Modernidade e urbanização no Brasil*. Mara Regina do Nascimento (Org.). Porto Alegre: PUCRS, 1998. (p.21 - 31).

TODOROV, Tzvetan. *El espíritu de la Ilustración*. Trad. esp. Noemí Sobregués. Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2014.

ZEA, Leopoldo. *Filosofía de la historia americana*. México: FCE, 1978.